

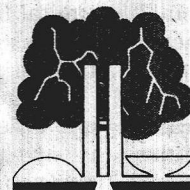
Senador vê pólo de corrupção na Sudene

CPI encontrou irregularidades em empresas que recebem incentivos no Nordeste

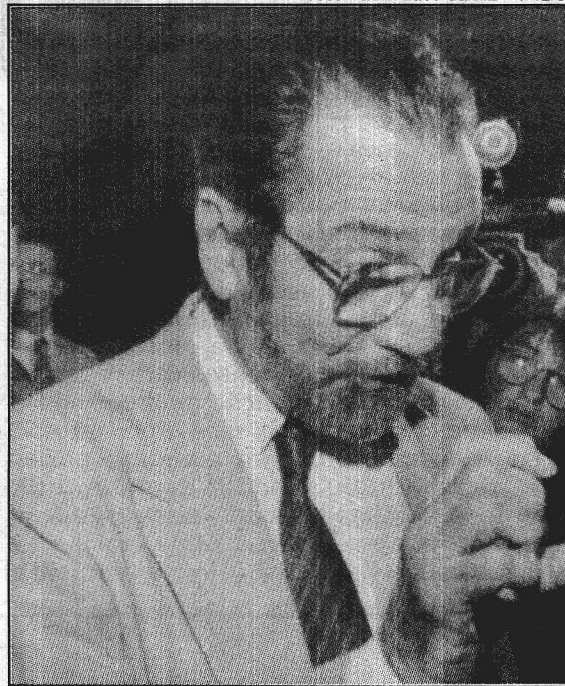
JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — O senador José Paulo Bisol (PSB-RS) reuniu documentação suficiente para que, segundo ele, o Congresso possa propor a extinção da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Durante as investigações da CPI do Orçamento, ele e a equipe que pesquisou a evolução patrimonial dos parlamentares acusados concluíram que a Sudene é o principal pólo de corrupção no Nordeste e tem um relacionamento "promíscuo" com as empresas que obtêm incentivos fiscais.

O senador chegou a essa conclusão baseado na análise das empresas do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos parlamentares que teve sua cassação pedida pela CPI. Conforme explicou, primeiro a empresa aprova projetos em associação com a Sudene, que se torna detentora de ações preferenciais, sem direito a voto. Depois, por emissão de ações ordinárias, a empresa aumenta seu capital e enfraquece a participação da autarquia até que se torne insignificante. Por último, ela é vendida a outro grupo, com a exclusão da Sudene. Segundo Bisol, esse processo tem como objetivo absorver os recursos destinados pela Sudene ao projeto, até que ele se torne rentável. A partir daí, a autarquia é excluída.



EMPRESA DE FIÚZA É CASO EXEMPLAR PARA BISOL



José Paulo Lacerda/AE—1/12/93

Relacionamento é "promíscuo", diz Bisol

Bisol disse que essa prática foi identificada nas empresas de Fiúza, principalmente na Companhia Maranhense de Produtos Agropecuários, de sua propriedade desde 1989. A empresa foi constituída no fim de 1984 e no início de 1985 con-

seguiu que a Sudene aprovasse um projeto com verbas do Finor, no valor de US\$ 1,5 milhão. Isso representava 57% do investimento previsto. O contrato deixava implícito que poderiam ocorrer novos aportes por parte da Sudene e autorizava novas pessoas jurídicas a participarem do projeto, o que permitia a venda da empresa.

Em julho de 89, relatório da Sudene dizia que 40% do projeto fora feito, mas as liberações estavam suspensas por não cumprimento dos prazos. Nesse mês, Fiúza adquiriu, por meio da Agropecuária Jaçanã, 31% do capital votante. Em junho de 1991, tinha 82,13%, e em dezembro, 99,97%. Já sob seu controle, a empresa pediu 12 meses para concluir o projeto e obteve cerca de US\$ 400 mil do Finor. Em março de 92, a Companhia solicitou reativação das liberações,

dizendo que concluíra 75% do projeto. A Sudene respondeu que o capital integralizado era insuficiente e exigiu que a empresa entrasse com no mínimo US\$ 428 mil, o que permitiria liberar US\$ 1,25 milhão.

Em maio de 92, uma assembleia geral dos acionistas decidiu aumentar o capital para US\$ 1,65 milhão, por meio de ações ordinárias, que a Sudene não poderia comprar. O aumento de capital foi quatro vezes maior que o mínimo exigido pela autarquia. Usando os créditos de acionistas para pagamento do capital a ser integralizado, a Companhia atendeu às exigências sem aporte de dinheiro novo. E a participação acionária da Sudene, que começara em 57%, caiu para 14,53%.

■ *N. da R.: Por uma falha de edição, esta reportagem foi anunciada na primeira página de ontem sem que fosse publicada nas páginas internas*